Tributos já oneram conta de luz em mais de 40% Jornal do Comércio

Mais de 40% que o consumidor paga de energia elétrica é devido aos impostos estaduais e federais. Para discutir essa e outras questões, a Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE) promove no dia 7 de junho, no Rio de Janeiro, o fórum Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro. "O governo diz que não se aumenta impostos em produtos básicos, que afetam a maioria da população. Há algo mais básico que a energia?", indaga o presidente da CBIEE, Cláudio Sales. Ele adianta que novos cálculos estão sendo feitos para determinar o impacto dos impostos nas tarifas, mas seguramente a participação dos tributos passa dos 40% do valor pago. Sales salienta que desequilíbrios financeiros das concessionárias podem prejudicar o atendimento do serviço público. O representante da CBIEE também destaca que as distribuidoras de energia recolhem os tributos para os governos federal e estadual mesmo de clientes inadimplentes com a companhia, ou seja, a empresa paga o que não recebeu. "Trata-se de um paradoxo cruel. Aumenta o imposto, sobe a conta de luz e por consequência aumenta a inadimplência com as concessionárias", lamenta Sales. Uma das reivindicações das empresas ao governo federal é que seja revisto o aumento do PIS e da Cofins para o setor elétrico. "Outros segmentos públicos como o de rodovias e de telecomunicações e até privados, como agências de viagem ficaram de fora do aumento. É um absurdo o setor elétrico não ter o mesmo tratamento", diz Sales. Ele calcula que o aumento da PIS e a Cofins representa de 2% a 3% de impacto nas tarifas. Representantes do setor elétrico já tentaram sensibilizar o Congresso para formular uma Medida Provisória (MP) que revisse a situação, mas não obtiveram sucesso. "A pergunta a ser feita é se a energia é cara ou são os impostos que oneram o serviço? Isso precisa ficar explícito para a população", diz o presidente da Rio Grande Energia (RGE), Sidney Simonaggio. Ele informa que dois terços dos valores tributados nas tarifas de energia são destinados ao governo estadual e o restante à União.